



**Ata da 21ª Reunião Ordinária da Câmara de Normas e Recursos, assessora
ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.**

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e seis minutos, reuniram-se, na Sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos (PU15) e por videoconferência, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, os membros da Câmara de Normas e Recursos, sob a presidência do **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Professor Clayton da Silva Barcelos**, contando com a participação do Vice-Reitor, Professor **Antonio Oliveira de Souza**; dos Pró-Reitores e/ou representantes: **Uiliam Rangel Amorim Souza** (PROTIC), **Leriane Silva Cardozo** (PROPLAN) e **Jaqueline Fritsch** (PROAD); dos Diretores de Centro: **Luís Gustavo Henriques do Amaral** (CCET) e **Bruno Trindade Reis** (CMLEM); do Substituto Eventual representando a Direção de Centro: **Helder Santos Rocha** (CMSMV); do Representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação: **Jean Borba Alves Pinheiro**; dos Representantes dos Servidores Docentes de Centro: **Pedro Cláudio dos Santos Vieira** (CCET) e **Clayton Emanuel Rodrigues** (CEHU); e da Participante Convidada: **Ana Maria Mapeli**, Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD; para tratarem da seguinte pauta: **1) Informes; 2) Apreciação do Parecer do Relator referente à solicitação de Revisão do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021), encaminhada pela Reitoria da UFOB, Processo 23520.001073/2025-10, Relator: Conselheiro Jean Borba Alves Pinheiro.** Havendo *quórum*, o Senhor Presidente, **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Professor Clayton da Silva Barcelos**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 21ª Reunião Ordinária da Câmara de Normas e Recursos, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Registrou a presença da Participante Convidada: Ana Maria Mapeli, Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e passou ao primeiro ponto da pauta: **1) Informes.** Não havendo informes, passou a palavra ao Relator para apresentação do segundo ponto da pauta: **2) Apreciação do Parecer do Relator referente à solicitação de Revisão do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021), encaminhada pela Reitoria da UFOB, Processo 23520.001073/2025-10, Relator: Conselheiro Jean Borba Alves Pinheiro.** O conselheiro **Jean Pinheiro** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a revisão da Resolução foi motivada em virtude da alteração da legislação que lhe dá sustentação legal, bem como melhorar o andamento dos trabalhos da Comissão Permanente de Pessoal Docente, sendo essa de fundamental importância para prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente. Que as alterações sugeridas pela CPPD foram analisadas e inclusas nas recomendações de ajustes. Informou que durante o período em que o documento foi disponibilizado, não foram recebidas contribuições da Comunidade Acadêmica para a elaboração do Parecer. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) Excluir do preâmbulo



da Resolução os enunciados iniciados pela expressão “considerando”, em atendimento ao disposto no §3º, art. 4º, do DECRETO Nº 12.002, DE 22 DE ABRIL DE 2024, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos: ~~CONSIDERANDO o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, da Presidência da República, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, CONSIDERANDO a Portaria nº 475, de 26 de agosto de 1987, do Ministério da Educação, que expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, CONSIDERANDO a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, da Presidência da República, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências, CONSIDERANDO o Decreto nº 7.806, de 17 de setembro de 2012, da Presidência da República, que regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e dispõe sobre as Comissões Permanentes de Pessoal Docente das Instituições Federais de Ensino, CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia, e CONSIDERANDO a necessidade de revisão e consolidação dos atos institucionais, conforme disposto pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, resolve; b) Excluir o artigo 2º da RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, que faz citação direta de outras normas, considerando as constantes alterações normativas, tornando a Resolução desatualizada e trazendo a necessidade de constantes revisões do documento, como também para manter conformidade com as demais Resoluções da UFOB: Art. 2º A Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, em observância ao Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, à Portaria MEC nº 475, de 26 de agosto de 1987, à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ao Decreto nº 7.806, de 17 de setembro de 2012, e ao disposto no Estatuto e Regimento Geral da UFOB, reger-se-á conforme este regimento; c) Alterar o parágrafo 2º do Art. 5º da Resolução, essa alteração é necessária para manter a continuidade do serviço público, e também a eficiência nos trabalhos da Comissão, sendo que esses dois preceitos fazem parte dos princípios basilares da administração pública, já que a comissão tem dificuldade de encontrar novos membros, portanto pode atrapalhar o trabalho da mesma, “2º O mandato dos representantes a que se refere o caput deste artigo será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, caso eleito”, passando a vigorar: §2º O mandato dos representantes a que se refere o caput deste artigo será de 2 (dois), anos permitida recondução, caso eleito; d) Alterar o parágrafo 8º do Art. 5º da RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, é procedente essa modificação diante da dificuldade da comissão em recompor o seus quadros, e para manter a continuidade do serviço público com eficiência, mantendo o fluxo constante e satisfatório nos trabalhos da CPPD, O correndo vacância do representante de classe titular e/ou suplente, o(a)~~



82 ~~Presidente da CPPD convocará eleição imediatamente para o preenchimento da vaga.”,~~
83 sendo substituído por: §8º Ocorrendo vacância do representante de classe titular e/ou
84 suplente, o(a) Presidente da CPPD convocará eleição em tempo hábil ao bom andamento
85 do trabalho da CPPD, para o preenchimento da vaga; e) Alterar o parágrafo 1º do Art. 6º
86 da RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, é essencial essa modificação,
87 para fazer o serviço público dinâmico e moderno promovendo continuidade do serviço
88 público, mantendo a eficiência nos trabalhos da comissão, para isso à tecnologia, está
89 viabilizando as reuniões remotas, tornando desnecessário e inviável a votação secreta, ~~A~~
90 ~~votação para a escolha do(a) Presidente e Vice-presidente será realizada em votação~~
91 ~~nominal-secreta~~, sendo alterado por: §1º A votação para a escolha do(a) Presidente e Vice-
92 presidente será realizada em votação nominal; f) Alterar o parágrafo 3º do Art. 6º da
93 RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, essa alteração se faz necessária
94 porque nesse parágrafo onde diz a hipótese de desempate para concorrentes com idade
95 igual ou superior a sessenta anos, deixa uma lacuna no critério de desempate entre
96 concorrentes onde ambos têm idade inferior a sessenta anos, ~~Em caso de empate, assumirá~~
97 ~~o cargo o docente com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em que persista o~~
98 ~~empate, o docente com maior tempo de exercício na UFOB.~~ Passando à seguinte redação:
99 §3º Em caso de empate, assumirá o cargo, entre os concorrentes mais velhos que tiverem
100 idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, se mesmo assim mantiverem o empate, terá
101 como critério de desempate o servidor que tiver mais tempo em exercício na UFOB, caso
102 ambos os empatados não tenham idade igual ou superior a supracitada, o desempate
103 ocorre considerando o docente que tiver maior tempo em exercício na UFOB; g) Alterar
104 o parágrafo 4º do Art. 6º da RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, esta
105 alteração está dentro do princípio da razoabilidade, sendo primordial para manter a
106 continuidade do serviço público, e também a eficiência nos trabalhos da comissão, e
107 analisando sobre ótica do princípio da legalidade, não existe legislação superior em
108 contrário a essa alteração, já que no regulamento da UFOB limita a recondução apenas
109 do representante em colegiado de Deliberação, mas a Comissão de Pessoal Docente é um
110 Colegiado de Assessoramento, conforme lei 12.772, §1º, ~~“O mandato do(a) Presidente e~~
111 ~~do(a) Vice-presidente a que se refere o caput deste artigo será de 2 (dois) anos, permitida~~
112 ~~uma única recondução por igual período, caso eleito”.~~, alterado por: §4º O mandato do(a)
113 Presidente e do(a) Vice-presidente a que se refere o caput deste artigo será de 2 (dois)
114 anos, permitida a recondução, caso eleito; h) Alterar o inciso III do Art. 11º da
115 RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, para manter a continuidade do
116 serviço público, e também a eficiência nos trabalhos da comissão, trazendo razoabilidade
117 na alteração deste dispositivo normativo, porque sem um limite de tempo de aviso, poderá
118 comprometer o trabalho do suplente em substituir o titular na comissão, ~~o titular deverá~~
119 ~~comunicar sua ausência com antecedência para a convocação do suplente~~, alterado por:
120 III o titular deverá comunicar sua ausência ao seu suplente com antecedência mínima de
121 48 horas; i) Alterar o Art. 12 da RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021,
122 essa alteração traz razoabilidade, dando flexibilidade as reuniões, adaptando com fluxo
123 de processos de trabalho, mantendo o ritmo eficiente e constante, condizente com os



princípios da administração pública, ~~A CPPD reunir-se-á, ordinariamente,~~
~~quinzenalmente, e extraordinariamente quando necessário, por convocação do(a) seu(sua)~~
~~Presidente ou por maioria de seus membros,~~ alterado por: Art. 12. A CPPD reunir-se-á,
ordinariamente, preferencialmente quinzenalmente, e extraordinariamente quando
necessário, por convocação do(a) seu(sua) Presidente ou por maioria de seus membros;
j) Alterar o parágrafo 3º do Art. 12, nessa alteração não existe vício de forma é nem de
objeto, sendo utilizada o critério da razoabilidade, haja visto que essa mudança tão
somente visa manter celeridade e eficiência do andamento dos trabalhos da CPPD, ~~De~~
~~cada reunião será lavrada ata, a qual deve ser discutida e aprovada na reunião seguinte,~~
modificada por: §3º De cada reunião será lavrada ata, a qual deve ser discutida e aprovada
em reunião a tempo oportuno para manter a eficiência dos trabalhos da CPPD; k) Alterar
o Art. 15, essa proposição de alteração, leva em conta o razoabilidade e
proporcionalidade, visando manter agilidade na condução das reuniões da CPPD,
proporcionando mais rapidez em seus trabalhos, mantendo a continuidade, eficiência, no
fluxo das suas atribuições, ~~Na ausência do(a) Presidente e do(a) Vice-presidente, a~~
~~reunião será presidida pelo membro da Comissão mais antigo na carreira, dentre os~~
~~presentes,~~ tendo como nova redação: Art. 15. Na ausência do(a) Presidente e do(a) Vice-
presidente, a reunião será presidida pelo membro da Comissão mais antigo na CPPD,
dentre os presentes; l) Alterar o parágrafo 2º do Art. 16, em vista de manter recursos
humanos suficiente e não sobrecarregar os membros da comissão, bem como não
comprometer o bom andamento dos trabalhos da comissão, essa alteração se faz
necessário, e proporcional, ~~Perderá o mandato membro que, no período de 1 (um) ano.~~
Segue como novo texto: §2º Perderá o mandato o membro que no período de 6 (seis)
meses; m) Excluir o Art. 18. Essa exclusão é razoável, traz a segregação de função dentro
da comissão, ajuda garantir imparcialidade aos trabalhos do relator, e evitar conflitos de
interesses: ~~Art. 18. A Presidência solicitará ao relator o relato do processo, antes da leitura~~
~~do seu parecer e votação.~~ Diante das considerações apresentadas, o Relator manifestou
parecer favorável à aprovação das alterações no texto da RESOLUÇÃO
CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021, que trata do Regimento Interno da Comissão
Permanente de Pessoal Docente – CPPD, Processo 23520.001073/2025-10. Concluída a
apresentação do Parecer, o **Presidente Clayton Barcelos** agradeceu e franqueou a
palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros **Clayton Rodrigues,**
Antonio Souza, Leriâne Cardozo, Pedro Vieira, Clayton Barcelos, Uiliam Souza,
Bruno Reis, Jean Pinheiro e a convidada **Ana Mapeli** apresentaram dúvidas,
questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) apontamento de que a
Resolução possuía vários vícios de forma, se colocando diferentemente do Regimento
Geral em vários pontos; ii) observação quanto à necessidade de dar incentivo para a
participação como membro da Comissão; iii) indicações de situações que implicam
medidas a serem tomadas, a exemplo do segredo do voto e influências de outros setores;
iv) indicação da necessidade de renovação dos membros por meio de eleição e do voto
secreto para a eleição do Presidente da CPPD; v) manifestação contrária à
retirada/diminuição do número de reuniões ordinárias; vi) sugestão de rever a redação do



item “c” do Parecer colocando que é permitida “uma” recondução e tirar a palavra “deste artigo” após a palavra *caput*, para não ficar a possibilidade de ser reconduzido diversas vezes consecutivas; vii) sugestão de que os membros da CPPD possam ter até duas reconduções; considerando o trabalho e a dificuldade de encontrar pessoas interessadas em ocupar as cadeiras; viii) sugestão de ajustes para melhorar as redações dos itens “d”, “f”, “g”, “h” e “m” do Parecer; ix) sugestão de corrigir o art. 16, prevendo o atendimento à legislação superior vigente; x) sugestão de ajustar o inciso I do §2º do Art. 16, para atender ao que está no Regimento Geral para faltas consecutivas às reuniões; xi) sugestão de excluir o inciso II do §2º, do Art. 16, por prever dupla punição; xii) sugestão de incluir um parágrafo no art. 5º, permitindo inscrição de membros da própria CPPD em processo eleitoral, após um processo deserto; xiii) sugestão, para tentar desburocratizar, que os atuais membros da CPPD já possam fazer inscrição, ficando condicionada à homologação dos atuais membros quando não houver inscritos que não sejam da CPPD; xiv) sugestão de alteração do §8º do art. 5º, para que o processo de eleição inicie no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias antes do fim dos mandatos, conforme previsto no §2º do art. 29 do Regimento Geral da UFOB; xv) sugestão de alteração do §1º do art. 6º, para mudar a votação para “secreta”, feita pelo sistema de Tecnologia da Informação - TI da UFOB; xvi) sugestão de acrescentar no inciso III do art. 11 o termo “salvo em casos excepcionais”, pois podem ocorrer situações que o suplente não consiga comunicar com antecedência; xvii) sugestão de alterar o art. 15. para constar o termo “Maior tempo de permanência na CPPD”; xviii) sugestão de alinhar o §2º do art. 16. com o Regimento Geral que estabelece o período de um ano; xix) questionamento quanto ao prazo de dois anos de mandato e uma recondução, que é um problema para todos os órgãos da Instituição, devido a trava do Regimento Geral; xx) sugestão de que seja avaliado para que todos os órgãos possam fazer a opção de diversas reconduções, caso não haja interessados; xxi) explicação de que as alterações sugeridas ao documento foram no sentido de tentar desburocratizar, dentro do possível legalmente, alguns procedimentos e evitar o colapso da CPPD; xxii) observação de que as discussões feitas na Câmara cumprem o que está previsto no Regimento Geral, sendo um órgão de deliberação fundamental para as decisões da Instituição e que os conselheiros deliberam representando toda a comunidade, não por causa própria, e que trabalham em prol dos registros institucionais. Após discussão, levando em consideração todos os argumentos apresentados pelos conselheiros, o **Presidente Clayton Barcelos** complementou que o processo ficou aberto para a comunidade da UFOB por trinta dias e que o parcerista informou em seu parecer que não recebeu nenhuma contribuição da comunidade. Nesse contexto não há que se falar que não foi oportunizada à comunidade as contribuições e que as partes não foram ouvidas. Que o que se refere a questões docentes não pode ser discutido pela CNR sem que se faça o compartilhamento das decisões por meio de referenduns pela comunidade interessada. Que a CPPD é um órgão representativo dos docentes da UFOB, que é importante a participação de todos. Acompanhou as manifestações dos conselheiros e concordou com a importância de se debater atualizações dos normativos institucionais, para resolver problemas operacionais que foram



conhecidos com a vivência ao longo do tempo. Considerando o atingimento do teto previsto para o término da reunião, não tendo sido possível a conclusão da discussão ampla do documento, sugeriu aos Representantes que o documento seja encaminhado à comunidade docente para contribuições e discussão em assembleia para que sejam trazidas contribuições na próxima reunião, o que foi acolhido por todos. **O Senhor Presidente da Câmara, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Professor Clayton da Silva Barcelos, agradeceu à presença de todos e suspendeu a sessão às dezoito horas e oito minutos. Às quatorze horas e nove minutos do dia três de junho de dois mil e vinte e cinco**, a reunião foi retomada na Sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos (PU15) e por videoconferência, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, sob a presidência do **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Professor Clayton da Silva Barcelos**, contando com a participação do Vice-Reitor, Professor **Antonio Oliveira de Souza**; dos Pró-Reitores e/ou representantes: **Uiliam Rangel Amorim Souza** (PROTIC), **Leriane Silva Cardozo** (PROPLAN) e **Jaqueline Fritsch** (PROAD); do Diretor de Centro: **Bruno Trindade Reis** (CMLEM); do Representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação: **Jean Borba Alves Pinheiro**; do Representante dos Servidores Docentes de Centro: **Pedro Cláudio dos Santos Vieira** (CCET) e da Participante Convidada: **Ana Maria Mapeli**, Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD; para tratarem da seguinte pauta: **2) Apreciação do Parecer do Relator referente à solicitação de Revisão do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021)**, encaminhada pela Reitoria da UFOB, **Processo 23520.001073/2025-10, Relator: Conselheiro Jean Borba Alves Pinheiro**. Havendo *quórum*, o **Senhor Presidente, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Professor Clayton da Silva Barcelos**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à Continuação da 21ª Reunião Ordinária da Câmara de Normas e Recursos, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Registrou a presença da Participante Convidada: Ana Maria Mapeli, Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e passou a palavra ao Relator para apresentação dos destaques apresentados na última sessão para continuação do debate: **2) Apreciação do Parecer do Relator referente à solicitação de Revisão do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021)**, encaminhada pela Reitoria da UFOB, **Processo 23520.001073/2025-10, Relator: Conselheiro Jean Borba Alves Pinheiro**. O conselheiro **Jean Pinheiro** cumprimentou a todos e registrou, considerando as discussões anteriores, que as propostas de alterações foram elaboradas pela própria CPPD no intuito de dar melhor andamento aos trabalhos e que o Regimento Geral da UFOB não trata das especificidades de tempo de mandato e funcionamento de comissões como a CPPD. Considerando o bom senso e princípios da administração pública, foram discutidas e feitas sugestões para o bom funcionamento da CPPD. Apresentou os destaques anotados na última sessão. Concluída a explanação, o **Presidente Clayton Barcelos** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros **Pedro Vieira, Bruno Reis, Clayton Barcelos, Uiliam Souza, Clayton**



Rodrigues, Antonio Souza, Jean Pinheiro, Lerieane Cardozo e a convidada **Ana Mapeli** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) considerando a proposta de processo de eleição com mandato de dois anos, sugestão de acrescentar, se a eleição for deserta, que será permitida a candidatura de membros da CPPD; ii) sugestão de alterar o dispositivo que prevê a perda do mandato, para que siga o mesmo texto do §12 do art. 29 do Regimento Geral; iii) encaminhamento pela rejeição completa do Parecer, considerando que fere o art. 2º do RGU, considerando que a CPPD é um órgão representativo dos docentes e órgão de assessoria da Reitoria; iv) sugestão de que propostas de mudanças regimentais sejam discutidas antecipadamente pelos docentes; v) observação sobre a necessidade de decidir se a CPPD é ou não um órgão deliberativo da UFOB, para não se fugir à hierarquia e cumprimento das normas institucionais; vi) sugestão de alterar o §1º do art. 6º, que prevê votação nominal e secreta, definir apenas uma das duas opções; vii) esclarecimento sobre a recondução para mandatos na CPPD e sobre a natureza e finalidade do documento: que a CPPD é um órgão que responde administrativamente à Reitoria, e que de forma colegiada é um órgão que assessora o Consuni; que com base nesse entendimento, consegue trabalhar as questões divergentes; viii) observação de que toda a vida funcional dos docentes passa pelo trabalho das pessoas que se disponibilizam para compor a CPPD e que é preciso que se tenha consciência do nível de importância desta Comissão Permanente; ix) observação de que a CPPD não é subordinada a outro órgão, mas é uma comissão assessora e que em momento nenhum o RGU vincula o funcionamento das comissões aos órgãos colegiados; x) sugestão de alterar o art. 15 para retirar o maior tempo de CPPD e colocar maior tempo na UFOB; xi) registro, considerando a sugestão de alteração do art. 15, que se a comissão já está em andamento, a melhor pessoa é a que já está familiarizada com os trabalhos da comissão, prezando pela eficiência do trabalho da Comissão; xii) sugestão de manter a frequência das reuniões como está no art. 32 do Regimento Geral, com uma reunião ordinária mensal e as demais extraordinárias; xiii) sugestão de definir melhor os critérios de desempate para eleição para presidente da CPPD; xiv) sugestão de substituir ao longo do texto da Resolução a palavra “professor” por “docente, para padronização, por ser o termo utilizado nos normativos institucionais; xv) sugestão de consolidar o Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD em nova Resolução, considerando o número de alterações e necessidade de exclusão de dispositivos, nos termos do DECRETO Nº 12.002, de 22 de abril de 2024. Apresentadas as manifestações dos conselheiros, o **Presidente Clayton Barcelos** concluiu, considerando as discussões, que existem alguns pontos a serem decididos. Passou à votação para os destaques apresentados em que não houve o consenso dos conselheiros: 1) sugestão de rejeição completa do Parecer e envio do documento para discussão nos Centros Multidisciplinares e Unidades com os docentes: reprovada com 8 (oito) votos contrários e 1 (um) voto favorável; 2) sugestão de alteração do art. 15, para “será presidida pela pessoa com maior tempo de exercício na carreira do magistério superior dentro da CPPD: reprovado com 8 (oito) votos contrários e 1 (um) voto a favorável. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a)



Alterar a recomendação do item c) do parecer. A CPPD é uma comissão de assessoramento sui generis, criada por lei federal, tendo suas atividades detalhadas por outras legislações, o que também confere discricionariedade às instituições federais de ensino para deliberar sobre outras atividades dessa comissão, bem como para a criação de normas para o seu funcionamento. Considerando que o Regimento Geral da UFOB, no artigo 29, não trata de normas para eleição de membros da CPPD, mas sim de normativas para eleição de membros dos colegiados de deliberação das representações de categorias, e levando em conta as necessidades formalizadas na proposta dos representantes da CPPD, bem como a dificuldade de se encontrar novos representantes e a importância de manter a continuidade da comissão com eficiência, proponho que haja a seguinte alteração: §2º O mandato dos representantes serão de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por padrão. I – Para mandatos com períodos para além dos previstos no §2º, homologa-se candidatura de membros da CPPD, caso não haja outros(as) inscritos para a vaga e permite-se, então, nova recondução, caso eleito; b) Alterar a recomendação do item d) do parecer. Em detrimento de uma nova proposta, considero que o prazo de 45 dias está dentro da razoabilidade para que a CPPD realize nova eleição, sem prejuízo dos trabalhos da comissão, passando à seguinte redação: §8º Ocorrendo vacância do representante de classe, titular ou suplente, o(a) presidente da CPPD convocará eleição, no prazo de 45 dias, para o preenchimento da vaga; c) Alterar recomendação do item e) do parecer. Com a estrutura e os recursos tecnológicos disponibilizado pela Protic, é possível manter a eleição secreta sem comprometer o processo eleitoral, passando à seguinte redação: §1º A escolha do(a) presidente e do(a) vice-presidente será realizada por meio de votação e secreta, conduzida por sistema eletrônico disponibilizado pelo Órgão responsável pela gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação; d) Alterar recomendação do item f), do parecer. O §3º recebeu uma nova redação, que o tornou mais claro. Com a inclusão de um novo parágrafo, completaram-se as possibilidades para os casos de desempate na eleição para presidente e vice-presidente da CPPD, passando à seguinte redação: §3º Em caso de empate entre docentes seguir-se-á os seguintes critérios para desempate: X- ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos: x - maior tempo de exercício na UFOB; e) Alterar a recomendação do item g) do parecer. Considero essa alteração dentro da razoabilidade e legalidade, uma vez que não há nenhuma normativa superior em contrário. Além disso, ao prever um prazo maior para recondução, a medida traz objetividade e mantém a agilidade nos trabalhos da CPPD, passando à seguinte redação: §4º O mandato do(a) Presidente e do(a) Vice-presidente a que se refere o caput será de 2 (dois) anos, permitida duas reconduções, por igual período caso eleito; f) Alterar a recomendação do item h) do parecer. A alteração proposta pelos conselheiros leva em consideração casos fortuitos ou de força maior, com o objetivo de preservar o direito do membro da CPPD, mesmo diante da ausência de comunicação dentro do prazo estipulado, passando à seguinte redação: III o titular deverá comunicar sua ausência ao seu suplente com antecedência mínima de 48 horas, salvo em casos de excepcionais; g) Alterar, em parte, a recomendação do item i) do parecer. A inclusão do termo maioria qualificada pode dificultar o trabalho da comissão, já que exige quórum superior ao da maioria



absoluta, o que contraria o princípio da eficiência e da continuidade do serviço público. Portanto, recomendo a seguinte redação: Art. 12. A CPPD reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês durante o ano letivo ou extraordinariamente, quando convocada por sua Presidência ou por requerimento da maioria simples dos seus membros; h) Alterar recomendação do item j) do parecer. Essa alteração sugerida, mantém a razoabilidade, bem como a celeridade nos trabalhos da comissão, passando à seguinte redação: §3º De cada reunião será lavrada ata, a qual deve ser discutida e aprovada em reunião posterior; i) Alterar a recomendação do item k) do parecer. O termo proposto por essa alteração especifica a experiência do membro na CPPD e traz clareza ao critério de escolha para substituição do(a) presidente e do(a) vice-presidente, no caso de ausência de ambos para presidir a reunião da CPPD, passando à seguinte redação: Art. 15. Na ausência do(a) Presidente e do(a) Vice-presidente, a reunião será presidida pelo membro da Comissão, com maior tempo de permanência na CPPD, dentre os presentes; j) Alterar recomendação do item l) do parecer. Para manter eficiência e agilidade nos trabalhos da CPPD dentro da razoabilidade, foi aceita a recomendação dos conselheiros, passando à seguinte redação: §2º O membro da CPPD perderá o mandato nas seguintes situações: x - ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas durante o ano; X - desvinculação da classe funcional que representa; X - afastamento ou licenciamento por período igual ou superior a 1/3 (um terço) do tempo de mandato a ser cumprido; x - afastamento ou licenciamento por período que ultrapasse a data do término do mandato, qualquer que seja sua duração; k) Substituir ao longo do texto da Resolução a palavra “professor” por “docente, para padronização, por ser o termo utilizado nos normativos institucionais; l) Consolidar o Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD em nova Resolução, considerando o número de alterações e necessidade de exclusão de dispositivos, nos termos do DECRETO Nº 12.002, de 22 de abril de 2024. Em seguida, o conselheiro **Clayton Rodrigues** solicitou a palavra e sugeriu que a proposta que for aprovado como nova resolução passe por um processo de referendo da comunidade. O conselheiro **Uiliam Souza** discordou da proposta de passar o documento aprovado por referendo, pois o memento das discussões foi anterior à apreciação pela CNR. Que no período de um mês que o documento ficou à disposição da comunidade as categorias tiveram a possibilidade de fazer a consulta a seus pares para sugestões de dispositivos ou de alterações. Com a palavra, o **Presidente Clayton Barcelos** passou primeiramente à submissão da proposta, para depois ser analisada a admissibilidade de proposta de referendo, o que foi acompanhado pelos conselheiros. **O Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à solicitação de Revisão do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (RESOLUÇÃO CNR/CONSUNI/UFOB Nº 007/2021), encaminhada pela Reitoria da UFOB, Processo 23520.001073/2025-10, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, o **Presidente Clayton Barcelos**, considerando a sugestão do Conselheiro Clayton Rodrigues “para que a proposta que for aprovado como nova resolução passe por um processo de referendo da comunidade”, e considerando que o Parecer foi aprovado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Conselho Universitário

Câmara de Normas e Recursos

376 por unanimidade, e que a comunidade teve tempo para dar contribuições pelo prazo
377 concedido de trinta dias a toda a comunidade acadêmica, manifestou a rejeição à
378 solicitação de disponibilizar o documento para referendo. O Presidente agradeceu aos
379 Conselheiros e Convidada pela presença e colaboração na discussão da pauta. Às
380 dezesseis horas e vinte e quatro minutos, o Presidente da Câmara, Professor Clayton da
381 Silva Barcelos, encerrou a 21ª Reunião Ordinária da Câmara de Normas e Recursos,
382 assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia, e nada
383 a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de
384 Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os
385 presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em
386 formato digital. Barreiras, 3 de junho de 2025. Ata aprovada na 22ª Reunião Ordinária da
387 Câmara de Normas e Recursos - CNR, realizada em 23 de outubro de 2025.



ATA DA CNR Nº 2/2025 - SODS (11.01.21)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/10/2025 09:10)

ANDERSON BRENO SOUZA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROEC (11.01.02)

Matrícula: ###388#5

(Assinado digitalmente em 23/10/2025 16:32)

CAMILA CRUZ DE OLIVEIRA ARAUJO

ASSISTENTE

GAB.REITORIA (11.01.10)

Matrícula: ###512#6

(Assinado digitalmente em 23/10/2025 20:30)

CLAYTON DA SILVA BARCELOS

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROGEP (11.01.23)

Matrícula: ###945#8

(Assinado digitalmente em 23/10/2025 17:35)

CLEBSON DE SOUZA BRANDAO BEZERRA

DIRETOR - TITULAR

DICONF (11.01.35.03)

Matrícula: ###150#1

(Assinado digitalmente em 23/10/2025 21:18)

GLEICIANNE DOURADO COSTA

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR

SODS (11.01.21)

Matrícula: ###525#0

(Assinado digitalmente em 25/10/2025 18:36)

LERIANE SILVA CARDOZO

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROPLAN (11.01.04)

Matrícula: ###650#5

(Assinado digitalmente em 23/10/2025 17:05)

LUIS GUSTAVO HENRIQUES DO AMARAL

DIRETOR - TITULAR

CCET (11.01.19.03)

Matrícula: ###452#7

(Assinado digitalmente em 29/10/2025 11:47)

UILIAM RANGEL AMORIM SOUZA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROTIC (11.01.06)

Matrícula: ###746#9

(Assinado digitalmente em 24/10/2025 11:20)

VERA REGIANE BRESCOVICI NUNES

DIRETOR - TITULAR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###343#2